MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AO ESTUDANTE

DECLARAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Declaro, sob as penas da lei e nos termos do presente Edital, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Vitória da Conquista, que eu me encontro em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que minha família possui renda **per capita** de até um salário mínimo, de acordo com os dados apresentados na tabela abaixo (incluindo-me):

NOME (MEMBRO FAMILIAR)	GRAU DE PARENTESCO	IDADE (ANOS)	SITUAÇÃO DE TRABALHO	ATIVIDADE REALIZADA	RENDA MENSAL (R$)

Estou ciente de que é de minha inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas neste documento e assumo a responsabilidade de manter o Serviço Social informado sobre eventuais alterações em minha situação socioeconômica, sob pena de devolução de recursos financeiros recebidos. Fico ciente, ainda, de que a falsidade desta declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, sendo passível de apuração na forma da lei. Nada mais a declarar, firmo a presente.

_____,_____de_____de 20____. (Local, Dia, Mês e Ano)

_____

Assinatura do(a) Estudante ou Responsável Legal (para estudantes menores de 18 anos)

CPF: _____

Penas previstas no Código Penal Brasileiro em caso de uso fraudulento desta Declaração

- **Estelionato**: Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
- **Falsidade Ideológica**: Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser descrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.